

**FACULDADE DE CONCHAS – FACON
A CASA TOMBADA – LUGAR DE ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO**

VIVIAN BARROS REIS

**MULHERES INDÍGENAS:
FORÇA, RESISTÊNCIA E ENFRENTAMENTO**

**SÃO PAULO
2018
Vivian Barros Reis**

MULHERES INDÍGENAS:
Força, Resistência e Enfrentamento

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas para a Educação, da Faculdade de Conchas (FACON) oferecido pelo polo A Casa Tombada, como requisito parcial ao título de especialista.

Professores Orientadores: Profa. Dra. Luiza Helena da Silva Christov
Prof. Ms. Arthur Iraçu A. Fuscaldo

SÃO PAULO
Jun. / 2018

Dedicatória

Dedico este trabalho às mulheres indígenas que participaram desta pesquisa, que tiveram a coragem de falar e que representam para mim símbolos de força e resistência, por criar mecanismos de defesa frente às imposições trazidas pela sociedade não indígena, por nos provocarem novas visões sobre seu modo de vida e por iniciarem transformações importantes em suas comunidades.

Também o dedico para todas que ainda não tiveram a oportunidade de se expressar, mas que continuam incansáveis na luta por mudanças.

Agradecimentos

Agradeço primeiro à minha fé, que nunca me deixa fraquejar,

À Antonia Djaci Costa Barros, responsável por me dar o sopro vital e incentivar meu gosto pelo buscar,

À Nelson Rosário dos Reis, pai, amigo que me guia de um plano maior aonde quer que eu vá,

Aos queridos amigos, amigas e familiares, pelo apoio de sempre e compartilhamento de ideias,

À Luciana Barletta, minha mãe de fé, amiga e grande conselheira nos momentos de maior dúvida,

À Vera, Matheus e Ana Landim, por cederem para mim um espaço maravilhoso para os estudos e para grande parte do processo de escrita,

Aos professores, amigos e orientadores Luiza Christov e Arthur Iraçu Amaral Fuscaldo, por me guiarem e confiarem no que eu tinha para dizer sobre o assunto,

À Casa Tombada, lugar de arte, educação e cultura, que cede espaço para um curso fundamental para os dias atuais. Agradeço por me possibilitar o contato com pessoas maravilhosas e por me apresentar muito mais do que conhecimento, mas saberes e experiências que levarei para a vida toda.

Às professoras convidadas, que se dispuseram para ouvir e avaliar este trabalho.

E à todas as ancestrais que nos fizeram mulheres de luta hoje.

Mulheres Indígenas: Força, Resistência e Enfrentamento

Resumo

Este trabalho não é apenas a finalização de um ciclo e sim uma tentativa de trazer à tona discussões, relevâncias e figuras que representam o coletivo feminino indígena de forma forte e destemida. Devido ao contexto histórico e social atual, a cada dia aumentam mais estes espaços representativos e pouco se conhece sobre eles. Aqui destaco a voz de mulheres indígenas, suas dificuldades, afirmações, lutas e colocações perante o ser mulher em duas condições sociais: a indígena e a não indígena, e a busca por tornar estes dois espaços mais propícios para seus posicionamentos e sua valorização. A influência do contato com o não indígena traz uma série de desdobramentos que afetam as sociedades indígenas e alteram a vida das mulheres, enquanto que as batalhas históricas permanecem. Destaco também a beleza, o sagrado, o respeito e os ciclos que todas essas mulheres criam, repassam e refazem.

Introdução

Que mujer eres tú...

Que guarda el sol en su vientre,

Que mujer eres tú, mujer serpiente..

Mujer venado,

Águila mujer,

Mujer jaguar,

Mujer, mujer...

Mujer de tierra,

Mujer de mar,

Mujer montaña

Mujer de arena

Geografía de mujer.... (Que Mujer Eres Tu – Grupo Tribu)

Esta pesquisa vem crescendo dentro de mim já há algum tempo. Posso afirmar que há muito de minhas buscas pessoais em cada palavra dita aqui, pois sempre acompanhei algumas dessas mulheres e coletivos, seja por redes sociais, por atos e manifestações ou por vias de estudos e curiosidades próprios. Sempre me encantei por estas mulheres, acredito até que me espelhei (e espelho) nelas para reconhecer minhas identidades, minhas raízes e minha ancestralidade. Como ascendente de indígenas, embora sem saber a etnia, sinto este pulsar nas veias e me identifico com estas biografias, mesmo sem saber explicar o porquê. Um gosto pessoal que vi como um grande caminho a ser trilhado, pois pouquíssimo se havia dito sobre o assunto até então. Por que outras pessoas não podem se encantar por estas mulheres também?

Meu lado professora então aflora e também o de eterna estudante depois de ouvir *Jera Rete Mirim* sobre sua condição de mulher e indígena dentro de uma aldeia. Aquele momento ficou marcado como o início deste trabalho, onde

as leituras, estudos e pesquisas foram iniciados e desenvolvidos com o aprendizado recebido de cada uma das indígenas que se dispuseram a falar um pouco de si, de suas lutas e experiências. Aqui, do contrário do que vivo rotineiramente, aprendi muito mais do que ensinei. Os resultados prévios destes diálogos estão aqui, escritos numa tentativa de cativar o leitor como eu fui cativada por elas.

As mulheres indígenas no Brasil vivem realidades pouco exploradas e muitas vezes pouco conhecidas por nós. São realidades que carregam muitas singularidades, experiências, encantos e muito conhecimento, características que acabam por cair em esquecimento devido aos poucos espaços que suas vozes conseguem alcançar. Este esquecimento é construído historicamente e alimentado pela ausência de debates que mostrem quem elas são e do que necessitam para expandir suas colocações diante dos não indígenas e do convívio com suas comunidades.

Ser mulher, indígena, em condições na linha de pobreza, transitando muitas vezes entre duas organizações sociais: indígena e não indígena; gera alterações fortes em seu cotidiano, estabelecendo novas formas de organização para manter ou quebrar tradições internas, para pedir mais relações igualitárias dentro e fora das aldeias, cumprimento de políticas públicas e para alcançar direitos que também afetam as mulheres no geral, como mais segurança em relação à atos de violência contra a mulher, por exemplo.

Aqui, se apresenta e se nomeia algumas das protagonistas destas causas, suas organizações e movimentos. São elas as responsáveis por representar e propagar tantas vozes que ainda não foram ouvidas, aquelas que nos provocam a pensar em outras posturas, outras construções de conhecimento e outros espaços de atuação.

São muitas figuras e atos admiráveis que jamais caberiam dentro de um artigo. Importante dizer que a intenção aqui não é apontar uma supremacia do gênero feminino, nem dizer que os homens indígenas não tem valor ou não contribuem para que a cultura permaneça viva, e sim dizer o quanto as mulheres também contribuem na formação social, cultural e política em uma conjuntura que as forçam a se adaptar a novas realidades, novas formas de sustento e

sobrevivência. Destaco também que a diversidade entre os povos indígenas brasileiros é imensa, então não se deve generalizar que em todas as aldeias as mulheres terão um papel extremamente ativo ou em pé de igualdade com os homens.

Gostaria de falar o quanto escrever cada uma dessas palavras me é difícil, pois não estou em meu lugar de fala e isto me traz uma sensação de desconforto. Um desconforto, no entanto, necessário. Acredito que é essencial discutirmos estas questões e tento aqui ampliar o protagonismo a estas mulheres, citando-as, evidenciando-as, da melhor maneira possível para que a pesquisa apresente o que realmente importa: suas lutas, posicionamentos e ações.

Esta provocação faz parte do processo de criar o meu papel como pesquisadora, que tenta instigar os leitores a conhecerem histórias que nunca foram contadas ou que foram completamente ignoradas. Ressaltando que a organização social e coletiva feminina indígena também pode ser um estudo acadêmico, que também merece dedicação, pois pode contribuir com novos olhares para a cultura tradicional dos povos, não a adotando como algo imutável, mas que está sempre em construção, considerando a conjuntura histórica e social atual.

Debates, como este que trago aqui, precisam fazer parte das discussões acadêmicas para modificar os padrões de pensamento ocidental e construir novas práticas em relação às questões étnico-raciais. Além do mais, meu papel também está na tentativa de estender estas questões para a educação básica, uma instituição que precisa discutir gênero, cultura e sociedade o quanto antes.

Dentro dos diversos espaços de discussão dos quais já participei, nos ambientes acadêmicos e fora deles, que se propõem a discutir a questão indígena, senti falta dos debates sobre gênero e protagonismo feminino. Provoco aqui um exercício para que voltemos nossos pensamentos para o assunto ao conhecer brevemente a expansão e atuação dos coletivos femininos indígenas, sabendo que ao redor deles existem muitas complexidades, enfrentamentos e particularidades que devem ser analisados com cuidado e respeito. A tentativa aqui é também trazer visibilidade ao que estas mulheres estão tentando construir.

Através de uma entrevista, leituras, breves contatos e acompanhamento de debates e pequenas palestras com mulheres indígenas, procuro mostrar um pouco da realidade que estão inseridas e o convívio que elas têm com um intercâmbio cultural que nem sempre pode trazer consequências positivas. É possível sentir a força dessas mulheres em cada palavra dita e observar suas autoafirmações quando dizem que são indígenas, mas o interessante é poder vê-las construindo sua identidade feminina junto às outras e aprender com isso.

Este artigo tem a intenção de mostrar somente alguns resultados prévios, pois este tema não se finda em poucas palavras e também não se resume a conclusões rasas. Ele é complexo, envolve uma série de outras pesquisas e outras visões mais globais sobre gênero, feminismo, movimentos sociais, e mais específicas sobre cultura, estrutura social e política dos povos indígenas que mudam algumas concepções e expectativas nossas sobre a imagem da mulher. Valorizar essa nova forma de organização, no entanto, é avançar e enriquecer outros tantos debates.

Histórico, Formas de Organização, Lideranças

No tocante ao assunto ainda pouco se sabe sobre a força feminina indígena. Sobre seus mistérios, seus rituais, segredos e sabedorias. Pode-se justificar essas ocorrências por alguns motivos, como por exemplo: a figura do homem ser o responsável pelo contato com os não indígenas e pela resolução de problemas e conflitos externos às aldeias, e por isso a figura feminina talvez tenha ficado em segundo plano; ou o pouco interesse em estudos e pesquisas acadêmicos direcionados a esses assuntos, fato que vem se alterando e crescendo, porém ainda como minoria; se liga muito a imagem da mulher como principal responsável por produções artísticas e artesanais de cultura material dos povos, que tem um peso forte na cultura e na economia, mas não representa a única função que elas podem adotar; e o racismo, machismo e complexos de superioridade que não julgam o saber e o ser da mulher indígena como algo importante, o mesmo fenômeno que acontece com as mulheres negras.

Segundo Cristiane Lasmar (1999):

“E não é surpreendente que as distorções contidas na visão corrente que se tem do índio assumam uma especificidade digna de nota quando incidem sobre as mulheres. A imagem que delas se veiculou e a forma como foi pensada sua contribuição para a formação histórica da sociedade brasileira, por exemplo, são casos bastante reveladores da pregnância do estereótipo modelando a figura da índia genérica. Em pesquisa recente sobre esse tema, examinei uma das representações das mulheres indígenas mais difundidas na história do Brasil, aquela que as reduz a seres de sexualidade priápica. Como desdobramento inescapável desse tipo de aproximação, a experiência humana e social dessas mulheres foi obscurecida em detrimento de uma idealização insensível à diversidade étnica e cultural dos povos indígenas da América do Sul.”

Ou seja, são implicações que foram construídas no imaginário da formação social brasileira que reduzem a essência feminina a insignificâncias que são destruidoras para uma cultura e saberes tão ricos. Acaba por se construir dois “fardos”: ser mulher e ser indígena.

Numa época em que a figura feminina é cada vez mais presente no geral, principalmente nos movimentos sociais e políticos, as vozes não mais se calam. Há uma urgência de se evidenciar esta força e porque não dizer este sagrado, que se manifestam no corpo, no ser e na luta contra opressões, estereótipos e misoginias. Existem especificidades grandes na luta de cada coletivo: branco, negro e indígena, com algumas questões em comum, porém com pautas muito diferentes e específicas entre si e no caso do último conta-se com o agravamento de conflitos e heranças históricas, lutas por demarcação, reconhecimento, genocídio, aculturação e repressões.

Por conta destas questões, crescem mais o surgimento de lideranças femininas indígenas, ativistas e representantes. As redes sociais têm contribuído

muito para esse movimento, documentários mostram esta luta, mulheres se pintam, dançam, cantam e enfrentam o não índio em ambientes onde não são bem-vindas, como a câmara dos Deputados e na presença de ministros e agentes do governo. Na aldeia, muitas vezes estão à frente liderando o povo na ausência dos maridos, que vão atrás de sustento em empregos fora da aldeia, ou que são assassinados pelo genocídio. Lutas reunidas com ancestralidade, respeito e necessidades. Esta resistência não pode ser ignorada.

A diferença de gênero se faz presente, evidenciada muitas vezes em relações de poder, que despontam dentro e fora das comunidades, principalmente quando a voz dos não indígenas fala mais alto na política indigenista, nos padrões estéticos e de comportamento das mulheres, no modelo familiar e nas formas de se relacionar dentro dele. Mas essa mesma diferença não faz com que as mulheres fraquejem diante de tantas imposições e opressões, na realidade são elas que impulsionam uma nova forma de se expressar. É preciso, inclusive, muita coragem para adotar outras posturas frente ao seu povo quando necessário. *Jera Rete Mirim* (ou Márcia Venício Martins), uma das fortes figuras femininas Guarani, da terra indígena Jaraguá de São Paulo deixa isto claro quando conta sua experiência como cacique: “Isso é um pouco difícil para mim sendo jovem e sendo mulher, às vezes tem algumas decisões que eu preciso tomar que é muito difícil”. (*Mbya*, Guarani. 2017, p. 120)

Hoje, conselhos de mulheres indígenas são criados e se reúnem para discutir suas principais pautas e isso inclui a manutenção de sua cultura, reprodução de costumes para as crianças, questões de saúde e estratégias de ação dentro e fora da comunidade, incluindo questões ambientais. Aqui, as “mais velhas”, conselheiras são muito respeitadas e junto com o coletivo, na tentativa de um movimento horizontal, se esforçam para alcançar reconhecimento e respeito nos ambientes externos. Os movimentos nacionais só crescem, mais e mais elas alcançam posições importantes na mediação de conflitos.

Nas décadas de 1980 e 1990 muitos desses movimentos foram criados no intuito e na necessidade de trazer a representatividade dos grupos femininos diante dos líderes das comunidades e da política indigenista nacional, como

apontam Grubits, Darrault-Harris e Pedroso (2005), com destaque para a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (ORIR).

Percebe-se na reflexão dos autores alguns exemplos da força desses coletivos:

“Quando as comunidades resolveram bloquear estradas para impedir o acesso de garimpeiros à região dos rios Quinô, Cotingo e Mau, na Raposa Serra do Sol em 1993, foram as mulheres indígenas que tomaram a frente e enfrentaram a polícia que ameaçava desobstruir o caminho e prender os manifestantes. Além disso, a atual coordenadora da organização, Iranir Barbosa dos Santos, representa as mulheres indígenas de todo o Brasil no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça.”

Anos depois, essas situações se repetem e ganham mais força. Dentro deste contexto histórico, lembro o ato de coragem cometido pela índia *Tuíra - Kayapó*, em 1989 no Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, um dos primeiros embates contra a construção da usina de Belo Monte. *Tuíra*, lutando contra *Kararaó*, o inimigo que afogaria os filhos da terra, vai até a frente do presidente da companhia de eletricidade e encosta o facão em seu rosto, gesto reconhecido mundialmente e que barrou as discussões sobre a megaconstrução por dez anos.

Voltando às colocações de Grubits, Darrault-Harris e Pedroso (2005), discuto o papel fundamental da mulher como guardiã da cultura nestas novas configurações a exemplo da aldeia Guarani-*Kayowá*:

“As mulheres, como aquelas que residem na aldeia reafirmando a identidade e a cultura Guarani/Kaiowá, podem e devem ter um papel fundamental neste processo junto aos jovens, assim como no processo mais amplo de luta pelos direitos da etnia. É preciso pensar no problema da demarcação das terras, no problema econômico (pois de nada adianta que eles tenham a terra, mas já não tenham como tirar dela sua sobrevivência), no problema da educação indígena, no problema da saúde, enfim, em tudo que envolve a questão mais ampla da qualidade de vida, levando em conta o que é qualidade de vida na perspectiva e visão dos próprios Guarani/Kaiowá, sendo as mulheres, como as principais guardiãs da cultura atualmente, fundamentais neste processo.”

Fora isso, essa força também se manifesta na cultura material através da cerâmica, do artesanato, da pintura corporal e do canto. O sustento e a sobrevivência de algumas aldeias também são retirados destas produções que às vezes até são exibidos em museus, mostras culturais, em ambientes nacionais e internacionais, evidenciando uma tarefa tipicamente feminina, divulgando a existência e resistência dos povos.

Os aspectos externos (sociais, históricos, políticos) causam impactos muito nocivos às aldeias, como por exemplo: discriminação, políticas indigenistas nacionais que não respeitam a ligação dos povos com a terra, estereótipos criados em cima das vestimentas e costumes indígenas, aculturação, influências não indígenas na educação básica, no modo de vida e organização social, além do genocídio e outros tantos tipos de violência. Os povos indígenas tentam manter suas tradições no meio de todos estes conflitos, principalmente as aldeias próximas aos centros urbanos.

Uma das maneiras que os indígenas adotam para tentar preservar o que ainda têm é contar com a força das meninas e dos meninos mais novos. Daí a importância da educação, dentro do seio familiar, das escolas, conselhos e espaços coletivos dentro das aldeias, pois a partir desta valorização cultural todas e todos poderão lidar com responsabilidades futuras como a luta pela terra e por direitos, e principalmente por respeito.

Patricia Gabriel *Jaxuka*, liderança mulher da aldeia *Tekoa Pyau* presente no Jaraguá, ressalta:

“É o que eu sempre falo, incentivando os jovens, que o estudo é importante e, ao mesmo tempo, a cultura guarani é muito importante para eles, para eles estudarem e não perderem a cultura guarani também, para poder ir em frente, para que, quem sabe no futuro, eles possam ser uma liderança daqui da aldeia também”.

Mas neste ponto de vista trazido por Patrícia, para nós não indígenas o caminho também se dá pela educação. Precisamos fortalecer a cultura indígena nos nossos ambientes educacionais e de produção de conhecimento (escolas, universidades, cursos, ONGs), fazer valer as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que cobram a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos oficiais, de forma a construir junto com estes povos outros modos de pensar, e materiais que realmente contemplem suas origens e sua presença salutar na formação do país. Ouvir as mulheres neste processo é crucial, pois assim também damos espaço à representatividade e combatemos equívocos e padrões que a muito custo elas estão enfrentando.

Feminismo, Participação / Ação, Direitos

Quando se trata das histórias e culturas indígenas, lembrando de toda a forma como aprendemos nas escolas e como tivemos um contato superficial com elas por muito tempo, temos a tendência de pensar na figura estereotipada e tradicional do índio, como se todos eles ainda vivessem nas primeiras épocas da criação do território brasileiro. Mesmo quando nos propomos a estudar, compreender e desconstruir padrões sobre seu modo de vida caímos no vício de achar que em todos os sistemas complexos de aldeias e comunidades a relação entre homens e mulheres são horizontais, equalizadas e perfeitas, quando na verdade

a influência do contato com os não indígenas nas discussões internas já se encarregou de desfazer essa configuração. Também não é possível afirmar que não existam mais igualdades neste molde, mas essa preocupação em não reafirmar discursos equivocados deve nos permear.

Esta tendência também cai sobre as mulheres. O meio acadêmico às vezes acaba por se dedicar a entender mais os problemas enfrentados pelas indígenas de aldeias mais distantes, de difícil acesso, que acabam por se aproximar mais do trabalho rural e de problemas relacionados ao agronegócio em expansão, à mineração ou extrações ilegais das matas; mas se esquece das indígenas que estão em ambientes urbanos e que, dentro de um panorama geral, podem vivenciar dificuldades muito próximas das mulheres periféricas, como condição financeira, qualidade de vida e especulação imobiliária.

O pensamento usual dos não indígenas, que pouco sabem sobre a cultura e experiências dos povos originários, não caracteriza estas mulheres como fortes interlocutoras, e sim como passivas, mais tímidas que se envolvem pouco nas questões políticas. Fato que talvez seja também um pouco da herança que o próprio sistema tradicional da sociedade indígena gerou: a divisão de tarefas entre homens e mulheres por um longo período mostrou que o homem era responsável por liderar e tomar decisões mais complexas, e isso deu pouco espaço para que as mulheres se destacassem e talvez elas mesmas tenham internalizado que o seu papel é este e preferiram ficar em silêncio. Entretanto, no presente, a desconstrução desse sentimento é expressiva, há grandes transformações nos papéis de gênero entre os indígenas.

Um dos exemplos destas transformações estão nas palavras de Santos (2012):

“O aumento no número de associações específicas de mulheres, o ainda tímido, porém significativo, espaço dado às mulheres e às questões a elas relacionadas nas organizações indígenas de modo geral, o maior capital social obtido por estas nas agendas públicas e o espaço

aberto por agências financiadoras de projetos sociais junto às comunidades, com a criação de linhas de trabalho específicas para as questões de gênero são sintomáticos desta mudança.”

Daí, é possível entender que estas características mais passivas em determinadas situações, não se aplicam mais com tanta força às mulheres, principalmente em seus espaços coletivos. Outras posturas são adotadas, de certo ainda pequenas perto da participação dos homens, mas que não passam despercebidas. As mulheres falam mais, se expressam, enfrentam e devagar mudam suas relações com os homens e com a sociedade externa. O movimento se expande e nos poucos espaços dados deixa a sua marca, nos dando uma margem para novos conhecimentos.

Um cuidado relevante que precisa existir é o de não discutir o assunto de forma determinista, que resume as pautas indígenas femininas a algo muito específico e que não se conectam com as lutas femininas comuns a todas as mulheres (brancas, negras, etc.). Isto é vital para não reforçar estereótipos e visões limitadas. Trago também este contraponto como norte para a pesquisa, retomando que todo este processo de expansão de organizações, conselhos e associações de mulheres é algo muito belo e grandioso, mas não significa que seja perfeito, que não sofra dificuldades e que não seja marginalizado dentro e fora das comunidades.

Por consequência disto, tenho um cuidado enorme aqui em não colocar todas as informações em uma caixa denominada feminismo. Não deixo que a pesquisa se reduza somente a este movimento, pois trato de uma série de complexidades que envolvem processos históricos, sociais, pesquisa e estudos intensos sobre a cultura indígena. Um só tipo de ideologia não é capaz de explicar ou teorizar um movimento tão recente e forte como o das mulheres indígenas.

Sobre o Feminismo, é possível afirmar que ele foi um dos pontos de partida mais importantes para que as índias se organizassem em coletivos e inici-

assem suas ações. Utilizando as palavras de Pinto (2010): “O protagonismo recente de algumas mulheres indígenas no campo político, se deve em parte à influência do feminismo (como ideologia) e pela temática do gênero, que procura a igualdade e equidade na diferença.”, entende-se que durante o processo, elas foram identificando experiências, vivências, lutas e necessidades muito parecidas com as das mulheres não indígenas, optando por incluir estas ideias ao seu modo de vida e ao seu modo de manifestação política. Aqui é bem possível enxergar que em determinadas situações as mulheres indígenas precisaram adotar estas medidas por sentirem duplamente a pressão oriunda do pensamento social ocidental dominante (que é machista, controlador, sexista) e das posturas adotadas por suas comunidades após influências do contato.

No entanto, o feminismo “convencional”, que é em maioria branco, ocidental, não dá conta das particularidades do movimento indígena e acaba por o excluir de debates por serem minorias. Exemplo: tratar das pautas femininas indígenas e de sua aproximação com o feminismo significa falar de culturas diferentes, outros tipos de valores, visões de corpo e sexualidade distintos. Pinto (2010) explana bem esta questão:

“No caso do feminismo, como se sabe, este pensamento surgiu fundamentalmente em países centrais de economias capitalistas, aonde as mulheres sofriam fundamentalmente uma exclusão ou opressão que foi interpretada desde o ponto vista sexual ou econômico, dependendo da corrente do feminismo. Esta situação determinou que o feminismo fosse contextualizado nesse campo, excluindo as vivências de outros segmentos de mulheres, como as indígenas.”

Há também o caso de que ainda não é possível medir o quanto a influência feminista alcança, devido à grande quantidade de etnias e suas diversidades, também considerando que o feminismo tem várias vertentes aos poucos apropriadas pelas mulheres indígenas. Ou seja, não existe uma só fórmula usada,

cada grupo se vale das ideias que necessitam, por meio de ações mais passivas ou mais radicais.

Na verdade, as mulheres indígenas têm ensinado muito às feministas a como não tornar o movimento mais um instrumento do pensamento hegemônico, ou torná-lo excludente. Entre as pautas, a liberdade para ter lugar de fala nesses ambientes de coletivos feministas também são argumentos importantes. Fica claro então o porquê de o feminismo ser fundamental, mas ao mesmo tempo controverso.

Se compararmos os movimentos, percebe-se que o movimento indígena feminino é relativamente novo, porque a prioridade até então era lutar pelo coletivo enquanto povo e não por direitos próprios. Mesmo assim tem caráter insurgente, forte e necessário, que luta por assuntos referentes à vida cotidiana dentro e fora da aldeia, por demarcação, por lugar de fala, lideranças e pela conservação (ou não) dos costumes, ritos e culturas, questões ambientais, convivendo com o dualismo tradição e modernidade.

Assim, a mulher indígena vivencia e causa grandes transformações em sua posição dentro da família e do casamento, como por exemplo, a preocupação de criar seus filhos e filhas dentro de uma cultura que grita por sobrevivência e precisa se manter, quando em determinadas situações eles não tem a figura paterna ao lado, afetando as estruturas sociais tradicionais. Ou quando tornam-se lideranças e toda a rotina precisa se modificar, transformando o marido em figura materna, que permanece mais em casa realizando as tarefas domésticas e cuidando dos filhos quando a esposa precisa se ausentar e resolver problemas da comunidade.

Claro, a lugar da mulher não é apenas dentro do seio familiar, seu papel não é único e exclusivo de matriarca, então nestas situações se implica que se as mulheres foram capazes de se adequar à novas rotinas, os homens também são. Algumas tarefas e responsabilidades não deveriam cair apenas nos ombros das mulheres e sim serem divididas entre os gêneros, tornando as relações mais harmoniosas e as dificuldades menos gritantes. O equilíbrio entre estes fatos é algo ainda muito distante e as formas de alcançá-lo são muito debatidos pelas mulheres.

Na comunidade, elas agem mais para resolver problemas latentes como demarcação, demandas internas, condição de saúde, alcoolismo e consumo de

drogas (que tem um nível altíssimo entre os povos, principalmente entre os homens) e todo o desdobramento que eles têm no cotidiano; no caso de aldeias urbanas, como se dará o contato com o externo e o que pode ser retirado de positivo dele. É muito comum que os movimentos indígenas locais e nacionais se atrelem às Universidades, ONGs, coletivos, suas produções científicas, ações sociais e projetos de extensão, e isso não é diferente quanto aos novos movimentos femininos.

Aqui, vale salientar que as mulheres indígenas também estão dentro das universidades, criando, influenciando e não apenas recebendo aquilo que é produzido por ela, o que caracteriza não só as parcerias citadas acima, mas o acesso a esses espaços. Mais uma vez nos deparamos com mais um dos caminhos que podem ser percorridos por estas mulheres, que escolhem a formação acadêmica como instrumento de luta. Ter ensino superior pode significar o fortalecimento da proteção das aldeias (enquanto médicas, enfermeiras, profissionais de saúde em geral; advogadas, líderes de movimentos políticos e sociais), a manutenção ou quebra de cultura (professoras, escritoras, artistas), carreiras acadêmicas (mestrandas, doutorandas) e um grande intercâmbio com culturas e formas de construção de conhecimento e pensamento muito distintas das suas. Eliane *Potiguara* e Marcia Mura, só para citar, são alguns destes exemplos.

O interessante é que esta nova configuração por parte das mulheres incentiva todos nós a refletirmos sobre nossas posturas, sobre o que é propagado erroneamente sobre elas ou sobre sua cultura, e quais os caminhos a seguir para quebrar estes paradigmas.

Um exemplo que posso dar sobre essa reflexão provocada pelas mulheres foi o vídeo protesto produzido próximo ao carnaval deste ano por *Katú Mirim*, ativista e militante indígena, de etnia guarani, criadora do movimento VI: “Visibilidade Indígena”. Em sua fala *Katú* critica o uso da fantasia de índio nos blocos, festas e eventos sociais durante o carnaval, afirmando que o próprio nome fantasia indica algo que não existe, que está somente no imaginário das pessoas; e que o uso indiscriminado de cocares, pinturas corporais e acessórios indígenas além de inserir instrumentos sagrados em um contexto sem nexos e desrespeitoso, reforça estereótipos e pensamentos racistas para com seu povo e seus parentes.

O vídeo circulou por diversos meios de comunicação, dividiu opiniões até mesmo entre os povos indígenas e *Katú* enfrentou diversas críticas e ódio desmedido. O objetivo era elucidar essa questão para a sociedade em geral e pedir mais valorização e respeito para sua cultura, não determinar a escolha das pessoas. Como ela mesma disse em entrevista ao portal de notícias G1:

“Eu não vim dizer o que as pessoas podem ou não fazer, vim pedir para elas refletirem sobre a nossa existência. Eu tenho muitos vídeos didáticos, eu canto, mas nunca me escutaram. No momento que eu faço um vídeo curto pedindo respeito, eles me massacram. Eu peço para que olhem para os povos indígenas, nos respeitem, lutem conosco.”

Analisando dois possíveis lados deste acontecimento, em um vemos que os discursos de ódio e as falas racistas ainda são muito fortes e que ainda nos resta muita luta para combatermos esse mal, e em outro vemos que quem concebeu positivamente a mensagem a disseminou com mais cuidado, reavaliando seus conceitos, pois não se tratam de homenagens e sim de práticas equivocadas. O fato é que *Katú* conseguiu nos atingir e fez a maioria refletir e enxergar uma das causas indígenas por uma ótica que até então não era considerado um problema.

Ysani Kalapalo, também ativista dos direitos indígenas da região do Alto Xingu em Mato Grosso se contrapôs em outro vídeo à problemática colocada por *Katú Mirim* e disse não se importar com as fantasias e na verdade se sentir valorizada por elas. Isto não quer dizer que uma está errada em relação à outra, ou que tenhamos que escolher um lado. Só mostra o tamanho da diversidade de etnias que temos no Brasil e que cada povo pode divergir os pensamentos e opiniões pessoais sem perder sua unidade na luta.

Em seu movimento as mulheres procuram discutir de forma horizontal, mas existirão diferenças entre seus pensamentos, assim como também terá quando estão na presença dos homens, e assim se constroem suas pautas. As impressões que ficaram para mim são as de que fomos inundados de novas

informações por duas mulheres fortes, que não tiveram medo de se expor, apesar das consequências serem muitas, e que também geraram uma visibilidade que antes não seria tão veiculada pelas mídias. Não é só questão de luta ou reconhecimento, mas também questão de identidade e gênero.

Segundo Santos (2012), as mulheres “...expressam um novo momento de afirmação de uma identidade em formação.”, seu movimento toma dimensões que caracterizam algo muito próprio, uma identidade reforçada para o além de ser indígena, mas se reconhecer como mulher, com poder de mudança, com voz ativa, mesmo que ainda pequena.

Entretanto, ser porta-voz das comunidades na posição de liderança não é tarefa fácil. Cada comunidade discute com cuidado a decisão de escolher uma mulher para uma posição principal, pois isto implica mudanças drásticas na vida dela, principalmente se for casada, pois a maioria dos locais de decisão estão nos centros urbanos e torna-se difícil que marido e filhos a acompanhem. Outro requisito é a qualificação, o nível de escolaridade e a articulação das palavras e dos discursos, que minimamente ela terá de ter e se acostumar. Fora a discussão da capacidade de resiliência que ela deverá ter, pois às vezes enfrentarão duras críticas dos homens, comentários e atitudes machistas, dúvidas em relação à sua capacidade, entre outros.

As indígenas também enfrentam situações dentro das organizações entre os povos onde em determinadas esferas e áreas suas vozes são ouvidas, existe um espaço, mas se analisado mais a fundo restringe-se a elas somente isso, ou seja, na comunidade se alcança um “cargo” mais alto, mas não na organização, não nos espaços maiores de seus considerados iguais.

Nos referindo a isso e pensando em esferas maiores, se refletirmos no cenário político brasileiro, é desconfortável notarmos a pouca participação de representantes indígenas em cargos mais altos e ativos. Sonia *Guajajara*, coordenadora executiva da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), quebra esse paradigma lançando sua pré-candidatura à vice-presidência pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) em conjunto com Guilherme Boulos. É um avanço muito grande não só em termos de gênero, mas de representatividade, ação e muita força e coragem.

Segundo Santos (2012), a principal pauta entre os conjuntos de mulheres indígenas é sua condição nas zonas urbanas. As dores de deixar suas comunidades para trás, para viver uma vida de mais privações e mais percalços é comentada em grandes proporções. Em vivências como essas, distanciam-se alguns laços, familiares, culturais, e impõem-se desigualdades como a escassez de emprego, discriminações pelo gênero, pelo ser indígena, por serem interioranas, afetando profundamente também a autoestima.

Nos ambientes urbanos as mulheres acabam por tomar a chefia da família algumas vezes, pois tem facilidade para conseguir serviços domésticos (empregadas, faxineiras, cozinheiras). No entanto, nem sempre o sustento está garantido, o ganho costuma ir para as contas e para os gastos familiares e pouco sobra para condições boas e dignas de se viver.

Junto a esta pauta principal, também vem temas polêmicos como: controle da natalidade, escolhas no ritmo sexual da vida à dois, acesso à exames ginecológicos, informações relacionadas a doenças sexualmente transmissíveis, direito de se expressar, combate e segurança à estupro e violência doméstica. Devagar elas introduzem essas novas exigências, que podem até ser inéditas pelos homens dentro da comunidade, e vão buscando seus direitos pelas brechas dadas para suas falas.

Mas, assim como para as mulheres não indígenas, algumas destas reivindicações não são atendidas ou são completamente ignoradas, principalmente aquelas relacionadas à segurança e denúncias de violência. Ou seja, é um obstáculo que aproxima a luta feminina indígena da luta das mulheres em geral, engrandecendo e fortalecendo esta última, pois trata-se de uma questão de gênero e não apenas étnica.

Sobre os direitos exigidos, Santos (2012) diz:

“Em linhas gerais, as mulheres indígenas querem uma distribuição de oportunidades mais equânime, de acordo com o redimensionamento dos papéis sociais de gênero provocados pelo contato, maior sensibilidade das lideranças masculinas, dos parceiros e da sociedade sobre os câmbios sociais e as transformações dele decorrentes na vida das

mulheres. Não se justifica que benefícios básicos como acesso à escola, atenção à saúde e políticas específicas sejam negados ou subtraídos das mulheres indígenas. Esta é uma das mensagens que as mulheres constantemente evocam.”

Ou seja, os direitos básicos minimamente são atendidos, as lutas não são somente por eles, mas pela qualidade deles. São também sobre compreensão, por mais humanidade, menos discriminação. É desta forma que elas chamarão a atenção dos órgãos e políticas públicas, tocando em assuntos não ditos, os “tabus”, e verbalizando o que podem.

Não se exclui aqui, obviamente, a luta por demarcação, a luta por direitos, por espaços e principalmente por visibilidade. Visibilidade pessoal, étnica e de todas as pautas históricas. Nos últimos acontecimentos nacionais pude observar um pouco da participação das mulheres indígenas: nas manifestações e marchas nacionais no dia 8 de março, onde algumas se fizeram presentes, deixaram sua marca e gritaram suas questões; nos movimentos nacionais também em memória de Marielle Franco, vereadora carioca brutalmente assassinada em um claro crime político; nas redes sociais; na elaboração, apresentação e divulgação do vídeo “Demarcação Já!”, exibido pela primeira vez no evento Acampamento Terra Livre de 2017, o maior instrumento de mobilização nacional indígena que já ocorre há 15 anos em Brasília. O vídeo, com o objetivo de divulgar a luta por demarcação, contou com a participação de várias etnias e representantes dos povos indígenas, incluindo músicos e intelectuais brasileiros; entre uma série de outras participações.

Sobre o Acampamento Terra Livre vale salientar que é atualmente um dos principais e maiores meios de se reunir os povos com o objetivo de fortalecer, expandir e disseminar suas riquezas e diversidades socioculturais, e também de tentar criar e cobrar direitos frente ao Estado e à União, que majoritariamente ignora as pautas, questões e necessidades indígenas. É também uma fonte de intercâmbio não só entre os povos, mas entre indígenas e sociedade em geral. E claro, sem esquecer, as mulheres estão e são neste espaço.

As terras indígenas no Jaraguá, devido aos últimos enfrentamentos com os Governos Estadual e Federal em relação à demarcação e regularização de

suas terras, têm se mobilizado fortemente. No ano de 2017 tomaram as ruas da cidade de São Paulo, ocuparam o Parque Estadual do Jaraguá, a Sede da Presidência da República e demonstraram sua força, fizeram se reconhecer nacionalmente em diálogo com o Ministro da Justiça e hoje permanecem na luta. Luta com vozes femininas, fortes e representativas. Mulheres jovens, mulheres velhas, que estão em eterno aprendizado e em luta constante, mostrando para nós o quão possível e necessário é se expressar, se manifestar.

A luta é árdua, cansativa e extensa. É bonito e triste ao mesmo tempo poder observar e às vezes experienciar em conjunto com eles esta luta. Triste saber que ela precisa existir e persistir, saber que a conjuntura histórica e política nacional força e sempre forçou essas ações. Este trabalho é uma das poucas e simples formas de auxiliar essa luta. Mas para todos os efeitos é fundamental afirmar: a luta também é feminina. Sempre foi.

O que elas dizem

Reservo agora este espaço para comentar algumas coisas que foram ditas pelas mulheres indígenas em entrevista e comentários que ouvi de outros meios no breve contato que tive com elas durante esta pesquisa. Considero esta a parte mais importante, pois ninguém melhor do que elas para falar sobre seu cotidiano, suas lutas e suas trocas de aprendizado com outras mulheres. Início contando minha conversa com Geysel.

Quando conheci Geysel, indígena de etnia Guarani e agente de saúde da Aldeia Indígena *Awa Porungawa Dju* (localizada entre Intanhaém e Peruíbe, região do litoral Sul de São Paulo) durante um curso de ervas organizado pelo coletivo “Cultive Resistência”, ela se preparava junto ao Pajé e junto ao professor da comunidade para aprender mais sobre as ervas, sobre suas magias (simpatias) e sobre cuidados específicos para a saúde feminina, para que ela aprendesse a cuidar não só de eventuais doenças, mas a acompanhar as gestações que poderiam ocorrer na aldeia em conjunto com os métodos tradicionais de pré-natal e de tratamento geral.

Podia ver em seus olhos e em suas ações uma grande determinação, muita vontade de crescer e auxiliar o seu povo, também vi autoafirmação, identidade e força. Mãe de um filho pequeno, ainda em seu colo, percebi que ali também havia o peso da responsabilidade, não como um fardo, mas como um comprometimento de cuidar do que é seu e do que é coletivo.

Quando perguntei a ela como se sentia nesta posição de avaliar a saúde dos homens e mulheres da aldeia, ela me disse:

“Me sinto com muita responsabilidade, amo o que faço, pois tenho orgulho de cuidar da minha comunidade, também estou cuidando deles, mas com ervas medicinais pois elas não só aliviam as dores como curam também, e lógico fortalecendo a cultura indígena essa é minha maior vontade.”

Percebi que sua posição e presença na aldeia, além de muito queridas, são muito esperadas. Sua posição como mulher que cura e que carrega demasiado conhecimento sobre, estabeleceu uma relação de confiança grande entre Geysel e a comunidade quanto aos cuidados para com a saúde. Em sua fala, retomo e exemplifico o que já foi dito em outros momentos do texto: sua função na comunidade extrapola o seio familiar e as atividades domésticas, permitindo que ela tenha abertura para desenvolver seu protagonismo, mesmo que o objetivo não seja diretamente este.

Ao se referir às ervas e fortalecimento da cultura indígena, penso no sagrado que somente estes povos conseguem ter acesso, em dimensões muito diferentes das nossas. O contato com a natureza no caso é a regra máxima, e se tratando da Aldeia *Porungawa Dju*, este retorno à medicina mais natural é um esforço muito grande e digno, pois apesar da influência do contato a comunidade luta para que esse lado não se perca, pois a cura também faz parte de sua cultura. É também um grande aprendizado para nós, acostumados a métodos ocidentais de medicina.

Perguntei à Geysel se existiam ervas destinadas somente ao tratamento feminino, ela afirma: “sim, as mulheres têm os tratamentos comuns para infecção

e etc., que também trato com ervas específicas pra isso.” Penso que seja muito positivo e benéfico para todas, pois assim as mulheres da aldeia também ganham conhecimentos de como olharem mais para si e para seu bem-estar. É uma troca muito rica.

Ainda sobre o contato com as mulheres, Geysel diz conviver muito com elas e escutar os conselhos de todas, principalmente das *Nhandetxy*: mulheres mais velhas que carregam muita sabedoria e conhecimentos sobre a cultura, a língua, cura e sagrado. Ela revela que o momento maior de convívio entre elas é o momento de produção de artesanato, onde os homens também participam, mas a atividade ainda é de maioria feminina.

Segundo o relato de Geysel, a divisão de tarefas entre homens e mulheres dentro da aldeia costuma ser mais horizontal, com trabalhos comunitários durante a semana onde todos procuram produzir algo, seja na roça, seja no artesanato, seja na manipulação de ervas, garrafadas e essências que serão vendidas fora da aldeia. Nos momentos coletivos de decisão, Geysel destaca: o cacique e os *Xeramõis* (homem mais velho, curandeiro, pajé) procuram cuidar da comunidade e também ouvir o que as mulheres tem a dizer, todos podem ter a oportunidade de propor soluções e ideias para a luta diária em função da comunidade.

Com as palavras e no breve convívio com Geysel, me atentei no fato de que sua relação com a comunidade e com os homens é de muita união. Se construíram bases muito pautadas no respeito, na confiança e no aprendizado constante. O contato com os não indígenas ainda é muito difícil, são muitos os embates e a busca pelo equilíbrio entre tradição e modernidade é muito gritante.

Geysel tem sorte de receber esse tratamento, de poder realizar um bom trabalho e tentar viver em harmonia com todos. Infelizmente esta não é a realidade para muitas das índias que vivem no Brasil. Tem sorte de poder aprender, de poder olhar para ela mesma, se engrandecer e cuidar de outras mulheres.

Agradeço a coragem que teve de falar e de deixar um pouquinho da sua marca nesta pesquisa.

Katú Mirim

Quando conheci *Katú Mirim*, na aldeia *Tekoa Itakupe*, uma das terras indígenas Guarani presentes no Jaraguá, reconheci imediatamente uma figura forte e de opinião muito bem formada. Uma mulher que impõe respeito somente por andar e pelas várias tatuagens e piercings marcantes pelo corpo. Ela conversava com um grupo de pessoas, no qual me aproximei, e a ouvi relatar suas experiências como indígena, o quanto se sentia incomodada ao ouvir comentários racistas e carregados de estereótipos e senso comum. Relatava também o que respondia em situações como essa, revelando um jeito forte de falar e combater os preconceitos. Mais interessante ainda era poder ver como uma conversa tão informal como aquela nos ensinava.

Daí puder perceber que para um processo de pesquisa como esse, e principalmente todos que envolvem as questões étnico-raciais, culturais, históricas, enfim; às vezes o ouvir é muito mais enriquecedor do que o investigar. Às vezes nossos olhos precisam se voltar mais para o processo e não para a produção final. É no processo que captamos as essências de nossos estudos, onde aprendemos mais e onde guardamos conhecimento para a posteridade, e não só para o momento da escrita ou da investigação. O vivenciar é parte fundamental em todo o processo, e também para a futura divulgação do estudo e para os impactos que ele terá.

Jorge Larossa Bondía é muito claro nessa questão no artigo: “Notas sobre a experiência e o saber da experiência” (2012), onde o autor destaca que vivemos um tempo que nos força a assimilar informações demais e experienciar cada vez menos, conseqüentemente acessando menos ou quase nada os verdadeiros saberes capazes de nos ensinar coisas reais e essenciais. Cabe a nós então, dentro do proposto por Jorge, vivenciar mais e nos educarmos de acordo com o saber da experiência, exatamente desta maneira que tive nesta conversa informal que destaco aqui.

Ainda sobre *Katú*, ouvimos também sobre como a participação dos não indígenas às vezes pode ser positiva. Sobre como a nossa vontade e presença naquele momento na aldeia, com respeito e abertura para conhecer o novo, (um tipo de conhecimento que poucos se dedicam a descobrir) já refletiria na educação de outras pessoas. Falava o quanto era importante que divulgássemos de maneira correta a cultura indígena e como poderíamos auxiliar montando grupos

de ações junto a eles relacionadas à demarcação, grupos de estudo sobre cultura indígena dentro e fora de ambientes escolares, produção de músicas e documentários, indicando vários instrumentos que pudessem valorizar a luta e as riquezas da sabedoria indígena.

Saí desta conversa com muitas coisas na cabeça. Lembrava o quanto conseguimos fazer um pouco dessas coisas durante o curso de pós-graduação: “Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas para a Educação” oferecida n’A Casa Tombada, lugar de arte cultura e educação. Pensei o quanto cada um de nós, estudantes, é responsável por disseminar e expandir esses conhecimentos, por proporcionar espaços como *Katú* propunha.

Pouco tempo depois do nosso encontro, passei a acompanhar melhor o trabalho ativista de *Katú Mirim*. Acessei seus vídeos do canal: “Vlog *Katú*”, presente no YouTube; aprendi muito com seus dizeres e apresentações, a acompanhei nos momentos mais críticos quando seu vídeo sobre fantasia de índio foi amplamente divulgado e sua integridade moral ameaçada. Ouvi suas músicas e tentei captar todas as mensagens distribuídas nas entrelinhas e percebi o quão forte eram. Aos poucos me informei sobre seu movimento, o Visibilidade Indígena, que traça uma série de ações para divulgar a cultura e os saberes indígenas.

Mesmo com o contato breve que tive com ela, vários desdobramentos vieram. Todos estes apontamentos que fiz acima transformaram um pouco de mim, inspiraram muitas reflexões para esta pesquisa e me abriram portas para uma série de outros passos a seguir. Durante este período, conversávamos por redes sociais e cheguei a comentar com ela que gostaria muito de incluí-la nesta pesquisa. Foi me dada a permissão.

Agradeço a *Katú Mirim* por me mostrar a força da atuação da mulher indígena, pela coragem de se expressar em espaços onde seu povo ainda não tem representatividade, e principalmente por provocar em mim uma série de reflexões e mudanças de postura. Que seu trabalho continue e que outras pessoas possam experimentar desta mulher o que eu experienciei.

Jera Rete Mirim – “Márcia”

Conheci *Jera Rete Mirim* (Márcia, em português) em um momento de muita celebração, tanto por parte dela, que via o livro sobre sua terra indígena contendo as histórias e falas de seu povo apresentado pela primeira vez para os não indígenas; tanto por minha parte, que organizava n'A Casa Tombada a segunda edição do "Sarau Pra Tombá", evento criado pelos estudantes de pós-graduação com o objetivo de abrir o local da casa para diversas manifestações culturais que pudessem, além de nos divertir, fortalecer nossos conhecimentos, saberes e experiências.

Neste contexto, *Jera Rete*, em conjunto com mais dois indígenas de sua Tekoa, pôde nos contar sobre a caminhada da produção do livro: "*Nhade Mba-raete* Fortalecimento da História Guarani Terra Indígena Jaraguá", desde o início até o momento onde era finalmente lançado naquele espaço diante daquelas pessoas, além de citar todo o trabalho envolvido, as pessoas que contribuíram para um bom resultado e o que era esperado da leitura dos não indígenas. Foi uma noite de excelentes contribuições e de intercâmbios culturais incríveis. Abrir espaço para que algo tão importante para eles ocorresse foi muito gratificante para todos nós.

Todos puderam contar suas experiências, mas vou especificamente me referir à *Jera Rete* e de coisas essenciais ditas por ela no debate n'A Casa Tombada que concernem muito bem o tema desta pesquisa. Muitas referências adotadas aqui vêm de anotações minhas durante a sua fala, e de trechos retirados de seu relato no livro.

Inicialmente, ela contou que no momento do início e de boa parte da produção de escrita do livro, sua função na aldeia era a de cacique. Segundo *Jera*, hoje existem muitas lideranças mulheres entre os povos, porém ainda tratadas de forma diferente, como se não pudessem realizar esta função, ou como se não fossem capazes de cuidar de seus filhos, ou aguentarem a responsabilidade por serem novas.

Todas estas questões já foram tratadas aqui anteriormente, mas ouvir de uma mulher que vive e sente estas implicações, além de dar espaço para argumentos pouco divulgados, só comprova alguns fatos e dados estudados até aqui. Hoje, existe mais iniciativa por parte das mulheres, como ela mesma diz no livro:

“[...] Hoje em dia algumas coisas mudaram, as mulheres estão mais envolvidas nas questões políticas da aldeia, acho que hoje as mulheres se sentem mais importantes do que antes. Não é que elas não fossem importantes antigamente, mas hoje elas veem que podem fazer mais do que só ensinar a cultura para as crianças, só ensinar o artesanato, elas fazem muito mais coisas do que antes.”

Por problemas pessoais, *Jera Rete* deixou de ser cacique, mas continuou lutando no grupo de lideranças femininas que se reúne na aldeia. Ela deixa claro que ser liderança feminina em um contexto urbano não é tarefa fácil, pois auxiliar a comunidade e sustentar a família ao mesmo tempo, oferecer qualidade de vida e maneiras de valorizar a cultura para os filhos, são desafios que exigem muita força que quase nunca vem aliada à equilíbrios emocionais e financeiros. E além de tudo enfrentar o machismo interno e externo.

Para *Jera Rete*, o preconceito com a mulher é ainda muito presente, deixando claro que o objetivo em si das mulheres indígenas não é se sobrepor aos homens, pois elas sabem que algumas funções são majoritariamente masculinas e que as mulheres talvez não tenham preparo para isso, como atividades que envolvam a força física, por exemplo. No entanto, para as mulheres talvez a força seja muito maior no controle mental e na união no momento da luta e de resoluções de problemas.

Uma das passagens que notei na leitura do livro e que me chamou a atenção foi o fato de *Jera Rete* ter estudado nas escolas dos não indígenas por boa parte de sua vida enquanto adolescente. Ela relata sofrer muito preconceito, ao nível de receber ameaças e sentir medo do ambiente escolar. Porém ela também reconhece que foi importante passar por estas situações, porque a partir delas foi possível aprender a se defender, aprender e entender como os não indígenas pensam, ensinar aos poucos que queriam ouvir como era o seu cotidiano, e de certa forma, o contato a ensinou a transitar bem entre as duas realidades, com reflexos em sua vida atual. Tanto é que hoje sua filha também estuda em uma

escola externa à aldeia, com o propósito de passar e entender o mesmo processo.

O tema educação também foi levantado e questionado por ela, que vê no livro publicado um grande instrumento didático, para que não só os alunos, mas os professores das escolas conheçam a verdadeira história dos Guarani pertencentes às terras do Jaraguá, para que saibam que eles existem, que resistem e que merecem ter seus direitos, culturas e história respeitados. O livro é um excelente instrumento também para retirar visões equivocadas e estereotipadas dos indígenas, aproximando as visões da realidade, contada por indígenas e não de autores que ouviram deles, ou que inventaram estórias.

Quanto a isso, *Jera Rete* também gosta de trabalhar dando palestras em escolas, universidades e outros ambientes educacionais. Nestes locais ela percebe o quanto a educação brasileira ainda deixa a desejar em relação à verdadeira história de seu povo. Segundo sua fala, o espaço deixado por ela para perguntas e comentários ao final de cada palestra são sempre recheados de perguntas arcaicas, que tem fundamentos em livros didáticos que remontam a figura do índio da época do Brasil Colônia, se esquecendo de uma série de especificidades entre as etnias e entre o modo de vida do índio atualmente.

Mesmo que ela adote este papel de interlocutora de sua cultura, mesmo que seu papel também seja um pouco este, de desconstruir esse pensamento, de exibir outras realidades e contar outras histórias, também é triste que este momento precise existir, triste saber que nossas escolas ainda estão muito atrasadas e que privilegiam as culturas ocidentais em detrimento de sua própria. Ainda assim, *Jera Rete* acredita que a educação ainda seja o melhor caminho, dentro da aldeia com os meninos e meninas mais jovens, com os não indígenas e todos dedicados ao caminho que possam passar adiante esse conhecimento.

Posso com toda a certeza afirmar que *Jera Rete Mirim*, ou “Márcia”, também foi uma mulher que marcou muito a minha visão sobre as mulheres indígenas. Afirmo mais a fundo ainda quando digo que foi a partir desta maravilhosa fala compartilhada conosco que nasceu a ideia deste trabalho, esta necessidade de repassar o conhecimento, acima de tudo pelo viés das mulheres e de sua resistência. Devo muito à sua figura todo o conhecimento e informação que acessei, todas as palavras que decidi escrever aqui e principalmente a postura que conheci e adotarei agora em práticas educacionais futuras.

Agradeço por poder brevemente ter um contato com esta mulher incrível, por conhecer sua coragem, por enxergar de forma menos ingênua a realidade indígena e de, aos poucos, colaborar provocando novas formas de pensamento para os não indígenas no papel de professora.

Geyse, *Katú Mirim*, *Jera Rete Mirim*, *Sonia Guajajara*, *Tuíra Kayapó*, *Cacique Catarina*, *Daiara Tukano*, *Hushashu Yawanawá*, *Kerexu Yxapyry*, *Ysani Kalapalo*, *Maninha Xukuru Kariri*... São só alguns nomes que representam as vozes femininas indígenas. Vozes que podem parecer poucas, mas que se fazem ouvir de longe. Vozes que lutam por direitos seus e nossos, sem fraquejar, com postura de enfrentamento, para muito além do feminismo, com contradições de simplicidade e complexidade que muitas vezes escapa ao nosso entendimento.

Devemos muito a essas mulheres, a este movimento novo e crescente que nos apresenta um mundo inteiro de possibilidades e detalhes que nos tira a superioridade de achar que as conhecemos de verdade. Ainda seremos expectadores de muitas das suas ações e transformações dentro e fora das comunidades.

Conclusão

Tanto foi dito neste trabalho, porém ainda assim sobram muitas coisas a dizer sobre as mulheres indígenas. Ainda há muito a se descobrir, muito a se aprender, ouvir e experienciar. De fato, existem informações e conhecimentos sobre elas que jamais será possível acessar, por um código de ética e medida de proteção adotado pelos povos indígenas para não divulgar absolutamente tudo sobre seu modo de vida. Um limite muito bem colocado e que deve ser respeitado por todos aqueles que querem que esta cultura perdure a longo prazo.

Falar sobre as mulheres tão abertamente e a fundo desta maneira é também falar sobre os homens, indígenas e não indígenas, expondo realidades e fatores que os incomodam. Isto é muito delicado. No entanto, estas provocações são necessárias também no intuito de auxiliar na mudança de posturas, na forma de se dialogar e de se relacionar. E aqui incluo também nós mulheres que car-

regamos muitas vezes formas machistas de se expressar e agir, algo que fazemos sem perceber por já naturalizarmos inconscientemente estes tipos de violência, que não podem passar despercebidos. Eles precisam de uma mudança urgente.

De forma geral, procurei destacar o que é dito por essas mulheres, os seus feitos e seus avanços até o presente momento. Procurei dizer um pouco sobre suas associações e organizações, citando a importância de sua existência, porém sem esquecer de seus entraves, e o quanto ainda precisam caminhar para chegar a um nível mais igualitário. Todas as palavras que foram escritas aqui não têm o objetivo nem o sentido de dizer que nós, que não vivemos suas realidades, podemos influenciar em seus movimentos, levantando bandeiras que não são nossas, mas sim que temos o poder de conhecê-los e divulgá-los para que mais espaços não os ignorem.

Conforme seu crescimento, pois esta pode ser a tendência para um futuro próximo, observaremos mais mulheres lutando por demarcação, lutando por direitos, por uma educação que contemple suas histórias e necessidades, por mais reconhecimento. São forças que vem de longa data e que não tendem a fraquejar tão cedo, como visto ao longo do texto.

Então nos cabe ter mais cuidado no olhar ao estabelecermos contatos e laços com estas mulheres, que são oportunidades que poucos podem ter ao longo da vida. Nos cabe não tentar justificar tudo pelas ideias feministas, pois elas não são o único caminho e nem sempre englobam os objetivos que as indígenas querem alcançar.

Por fim, devemos lembrar do respeito às lutas específicas, do não silenciamento, dos direitos globais, pois elas também lutam por questões que afetam a vida de todas as mulheres (negra, branca, oriental) e do quanto isto é importante. O enfrentamento gerado por estas mulheres é algo muito particular e dele muitas e muitos ainda sentirão os efeitos.

Lembrando que suas ancestrais estavam aqui primeiro e que muitos dos nossos ancestrais vieram delas.

Anexo

Entrevista realizada com Geysel no dia 04/03/2018:

Vivian: Como é para você poder conviver com os povos indígenas nas aldeias?

Geysel: É tendo a mesma vontade que todos em resgatar a cultura e ter orgulho de ser indígena. Nosso convívio é ter união e ajudar uns aos outros, pois somos todos parentes somos todos indígenas.

V: Na aldeia, como é separado o trabalho entre homens e mulheres? Todos trabalham juntos?

G: O trabalho na aldeia é trabalho comunitário. Uma vez por semana junta a comunidade toda. Os homens roçam e as mulheres rastelam e cuidam das hortas e também temos o espaço pra artesanatos que também trabalham todos.

V: O que você sente ao cuidar da saúde de todos da aldeia?

G: Me sinto com muita responsabilidade, amo o que faço, pois tenho orgulho de cuidar da minha comunidade, também estou cuidando deles mais com ervas medicinais, pois elas não só aliviam as dores como curam também, e lógico fortalecendo a cultura indígena essa é minha maior vontade.

V: Existem tratamentos só para as mulheres? Você aprendeu alguma coisa sobre eles?

G: Sim, as mulheres têm os tratamentos comuns como infecção e etc. que também trato com ervas específicas pra isso.

V: Quando todos estão reunidos, você pode participar das decisões? As mulheres também participam?

G: Temos o cacique, ele cuida da comunidade e todas as reuniões que ele faz sobre alguma decisão ele pede a opinião da comunidade, enfim, sim as mulheres participam das decisões.

V: Tem algum lugar ou algum momento onde só as mulheres ficam juntas?

G: Sim, no nosso espaço de artesanato as mulheres ficam todas juntas trabalhando e também como disse no serviço comunitário uma vez por semana.

V: O que você mais aprende com elas? Elas te dão conselhos?

G: Sim, nós mulheres costumamos ouvir conselhos dos *Xeramõis* e *Nhandetxy* que são mulheres e homens mais velhos. A gente aprende muito com eles e aprendemos a falar na língua tupi guarani com eles também.

Referências Bibliográficas

BRASIL. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BONDÍA, J. L. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Revista Brasileira de Educação, ANPEd, s/v., n.19, p. 20-28, jan./abr., 2002.

GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS, I.; PEDROSO, M. *Mulheres Indígenas: Poder e Tradição*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 363-372, set./dez., 2005.

LASMAR, C. *Mulheres indígenas: representações*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 7, n. 1 e 2 Número duplo - Dossiê Mulheres Indígenas, p. 143-156, abr., 1999.

LIMA, T. *#ÍndioNãoÉFantasia: quem é a indígena que iniciou debate sobre uso de fantasias*. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/carnaval/2018/noticia/indionaoefantasia-quem-e-a-indigena-que-iniciou-debate-sobre-uso-de-fantasias.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

MBYA, GUARANI. *Nhande Mbaraete: Fortalecimento da História Guarani: Terra Indígena Jaraguá*. 1ª ed. São Paulo: Trança Edições, 2017.

PINTO, A. A. *Reinventando o Feminismo: As Mulheres Indígenas e suas Demandas de Gênero*. In: Fazendo Gênero, 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, UFSC, 23-26 ago., 2010. Anais Eletrônicos.

SANTOS, F. V. *Mulheres Indígenas, Movimento Social e Feminismo na Amazônia: Empreendendo Aproximações e Distanciamento Necessários*. Revista EDUCAMazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, v. VIII, ano 5, p. 94-104, jan./jun., 2012.